

Gênero, infância e política social no Boletim da LBA (Paraíba, 1947-1955)

Gender, childhood and child care policy in the LBA Bulletin
(Paraíba, 1947-1955)

José dos Santos Costa Junior

Doutorando em História

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

jose.junior010@gmail.com

Recebido em: 11/12/2017

Aprovado em: 06/09/2019

Resumo: O texto constrói uma análise sobre a atuação da comissão estadual da Legião Brasileira de Assistência na Paraíba (LBA), problematizando as relações entre política social voltada para a infância, mulheres como atores políticos para a condução dessa ação médico-pedagógica-assistencial e as relações entre a infância, feminilidade e maternidade. Nacionalmente, esta instituição foi criada pelo Estado Novo (1937-1945) quando da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O texto lança mão das ferramentas teórico-metodológicas de Michel Foucault sobre a genealogia do poder e reflete sobre a emergência da biopolítica como modo de tomar a vida como objeto do saber e dos cálculos e intervenções políticas do Estado sobre o corpo da população em seu conjunto. Deste modo, ao analisar o Boletim da LBA, na Paraíba, busca-se questionar as estratégias criadas para dar visibilidade ao problema da infância naquele momento, o que permite pensar as referências e projetos em curso durante a criação e gestão de uma das primeiras políticas públicas de Estado com foco na infância no Brasil.

Palavras-chave: História da Infância; Paraíba; Assistência Social.

Abstract: The text builds an analysis on the performance of the state commission of the Brazilian Legion of Assistance in Paraíba (LBA), problematizing the relationship between social policy aimed at childhood, women as political actors to conduct this medical-pedagogical-assistance action and relationships between childhood, femininity and motherhood. Nationally, this institution was created by the Estado Novo (1937-1945) when Brazil entered the Second World War (1939-1945). The text uses Michel Foucault's theoretical-methodological tools on the genealogy of power and reflects on the emergence of biopolitics as a way of taking life as an object of knowledge and of the State's political calculations and interventions on the body of the population as a whole. Thus, by analyzing the LBA Bulletin in Paraíba we seek to question the strategies created to give visibility to the problem of childhood at that time, which allows us to think about the references and ongoing projects during the creation and management of one of the first public policies of State with focus on childhood in Brazil.

Keywords: History of Childhood; Paraíba; Social Assistance.

Espaços governáveis

Quando a Legião Brasileira de Assistência (LBA) surgiu no Brasil, na década de 1940 (durante a Segunda Guerra Mundial), para atender, inicialmente, as famílias dos pracinhas da Força Expedicionária Brasileira (FEB), logo foram criadas comissões estaduais e municipais para descentralizar as ações e produzir um canteiro de assistência à infância e à maternidade no país. Após telegrama enviado pela primeira dama da República, Darcy Vargas, às demais esposas de prefeitos e interventores federais, foi criada, na Paraíba, uma comissão estadual sob a responsabilidade de Alice Carneiro, esposa do então interventor do estado, Ruy Carneiro.

O presente texto analisa as imagens e as diferentes enunciações encontradas no Boletim publicado pela comissão da LBA na Paraíba, a partir de 1947. Tal periódico cumpriu a função de informar a população sobre as ações da LBA, mas também de construir um desenho do território no qual as tecnologias de governo da infância foram efetivadas e mobilizadas. O boletim operou discursivamente como um castelo de imagens e palavras, urdindo leituras e articulando saberes e relações de poder por meio das quais o corpo infantil foi inventado como objeto de descrição, prescrição e controle.

Se o exército brasileiro, composto por homens, foi atuar nos campos de batalha e defender os Aliados, internamente, outro exército, como sugere a própria expressão “Legião”, foi inventado. Tratava-se de um exército comandado, em grande medida, por mulheres que passaram a ser formadas para tomar a linha de frente de outra guerra histórica que o Brasil precisaria travar: o combate à mortalidade infantil. Não parece ter sido à toa que, na edição de junho de 1947 do Boletim, o articulista Clóvis Corrêa da Costa dissesse que “a primeira pedra sobre a qual se assenta a defesa nacional é a puericultura¹, que prepara gerações de homens fortes, aptos a disputar seu lugar ao sol” (Boletim LBA, Ano I, Julho de 1947, n. 3, p. 5). Compor um canteiro de ações para atender, cuidar, medicar, classificar, registrar e produzir saber sobre a infância

¹ Segundo Teixeira (2010) “a Puericultura pode ser definida como “a parte das ciências médicas que visa à manutenção da saúde física e emocional das crianças, acompanhando seu crescimento e desenvolvimento”. Sua criação como sistema estruturado de regras, significando a arte da criação das crianças, é atribuída ao médico francês Alfred Caron, que escreve sobre o assunto a partir de 1860. Foi importada para o Brasil, ao final do século XIX, pelo Dr. Moncorvo Filho, que a representaria como a higiene da infância. Diferentemente da pediatria, que intervém diretamente sobre o corpo doente da criança, a puericultura objetiva transformar crenças, valores, costumes e atitudes, pressupondo transformações de ordem cultural, que inclui a redefinição do conceito e do valor da maternidade. Teoricamente é dividida em três partes: a puericultura antes da fecundação, (orientada pelos preceitos da eugenia, aconselhava sobre o casamento ideal, evitando grandes diferenças etárias, laços consanguíneos e moléstias), a puericultura intra-uterina (os cuidados a serem tomados durante a gravidez) e finalmente, a puericultura extra-uterina (a parte da medicina que preparava a criança para a vida adulta, cuidando de seu corpo e sua moral por meio de higiene e medicina preventiva)”.

brasileira foi um dos pontos de partida para aquela ação institucional. Por isso mesmo, parece curioso que, no início de 1949, figure na capa do boletim o mapa da Paraíba como signo de um espaço governável:

Imagem 1: Capa



Boletim da LBA, Ano III, n. 16, Janeiro e Fevereiro de 1949

Um mapa é também uma imagem. De um modo geral, pode-se dizer que todas as imagens que figuraram no Boletim da LBA foram marcadas por essa condição imagética, esse desejo de instituir, por meio do apelo à visão, um novo lugar à infância e à criança. Maria Bernadete Flores (2015), inspirada em Georges Didi-Huberman, afirma que, diante da imagem, a pergunta do historiador “não seria tanto sobre o que ela, a imagem, documenta, ou de que história ela é testemunha, mas, que tempos, que memórias e que tradições ela carrega” (FLORES, 2015, p. 240). Com isso, se pode perscrutar as imagens, desmontá-las, desconstruí-las para pensar as múltiplas temporalidades que a atravessam, as referências e regras que a instituíram como objeto visual, os jogos de poder e saber e as vontades de verdade presentes nelas.

A ação desse exército de mulheres permite pensar alguns elementos sobre a construção dessas políticas para a infância. Essa ação na sociedade seria organizada e liderada, de acordo com o projeto político da LBA, pelas mulheres que, na condição de primeiras-damas, estariam vinculadas aos homens que efetivamente eram os líderes políticos e cujas decisões implicavam mudanças no ordenamento das políticas sociais daquele momento. As mulheres mobilizadas pela LBA geralmente eram voluntárias e haviam passado por uma formação em que, frequentemente, se dizia que caberia às mulheres assumir a “questão social”, uma vez que “naturalmente” teriam sentimentos e disposições voltadas à maternidade e ao cuidado com as crianças. Esses discursos pressupunham que tais características pessoais, supostamente próprias às mulheres, deveriam ser expressas na esfera pública, a partir dessa ótica do voluntarismo ancorado no humanismo cristão.

Essa visão essencializada da mulher, da maternidade e do cuidado com as crianças, como demonstram Vanessa Bezerra e Renato Veloso (2015) – ao tecerem uma leitura crítica da história do Serviço Social e da feminização dessa profissão desde seus primórdios, na década de 1930 –, ajuda a pensar de que maneira a divisão social e sexual do trabalho, assim como as relações sociais de gênero, foram fundamentais nesse processo de institucionalização das políticas de assistência e da própria construção de um campo profissional predominantemente marcado pela presença feminina. Tal aspecto tem sido objeto de um conjunto de abordagens e reflexões no campo da História e do Serviço Social, a exemplo da pesquisa de Mirla Cisne (2015) sobre como a “questão social” passou a ser lida na década de 1930 não mais apenas sob a ótica da repressão, mas constituindo o campo do Serviço Social e do perfil da assistente social como agente direcionada a lidar com as demandas e problemas de ordem moral e comportamental, por meio da educação e da assistência material.

Por sua vez, Mariza Corrêa (2016) problematiza a figura da “mulher medianeira” e os discursos sobre como o Serviço Social, fortemente embasado nos preceitos da Igreja Católica, influenciou para naturalizar a feminização da figura da assistente social e da professora (LOURO, 1997) como desdobramento da figura da mãe. Este movimento fez parte de toda uma maquinaria política marcada pelo paternalismo e pela ideia do marianismo, isto é, o desdobramento da imagem de Maria como sendo a personagem pronta a encarar todos os sofrimentos, desvalorizações, perdas e precarizações em nome do amor aos filhos e como efeito de uma vocação inata, como analisam Mirla Cisne (2015) e Silvana Mara Moraes dos Santos (2018). Contudo, de “inato” e “natural” nada há nesse processo eminentemente político, pois a definição social do gênero se dá em relações sociais que se baseiam nas diferenças entre os sexos para, a partir disso, constituir e manipular posições sociais, oportunidades ou impossibilidades para a tomada da palavra sobre si, sobre o mundo e sobre a política.

Gênero, seguindo a noção da historiadora Joan Scott (1995), pode ser pensado como categoria de análise histórica para descrever e analisar os processos, procedimentos, ritualizações e simbolizações que participam efetivamente da designação social do que é ser homem e do que é ser mulher, do que é adotar posturas e signos do feminino ou do masculino. Considerando, ainda, que assumir uma dessas posições não é um ato individual e puramente deslocado da história coletiva, pois o que define ser homem/mulher, feminino/masculino é construído no tempo e repassado na dinâmica das gerações. Nesse sentido, gênero está articulado a um processo que divide e cinde, de ponta a ponta, a sociedade, definindo posições para o trabalho, a

produção artística, a indumentária, os costumes, os direitos individuais (civis e políticos) e coletivos (econômicos, sociais, culturais, ambientais). O gênero se apresenta, portanto, como categoria que nos ajuda a pensar a construção social das diferenças dentro de relações de poder e saber (FOUCAULT, 2012), articulando dinâmicas de dominação sobre o corpo e a mente, vistas em sua indissociabilidade.

No caso em análise, definir as mulheres como as responsáveis pela “legião” voltada para a assistência à infância e à maternidade, nos possibilita compreender – no momento em que se constituía a nação brasileira colada à imagem da família nuclear burguesa – processos como a emergência de políticas sociais, a divisão no mundo do trabalho e da política institucional, entre outros temas que atravessaram a rede assistencial criada pela LBA. Essa rede articulou instituições públicas e privadas, religiosas e laicas, profissionais da medicina e das demais áreas. Ao assumir o governo do estado da Paraíba e instituir uma política de assistência social desvinculada oficialmente da Igreja Católica, Ruy Carneiro entrou em contato com essa instituição (LBA) e, em especial, com o monsenhor Zé Coutinho, que estivera na reunião de composição da comissão estadual a convite de Alice Carneiro.

À Igreja coube, historicamente, o papel de formar o rebanho (NIETZSCHE, 2009) a ser educado e orientado para a salvação espiritual, enquanto ao Estado, coube, naquele momento, tomar conta também do seu rebanho, mas no sentido prático de conhecer um corpo coletivo sobre o qual deveria atuar, criando as condições para que os espaços sociais fossem compostos da forma como aquelas instituições orientavam. Esse tipo de intervenção social ocorre em várias partes do Brasil desde a Primeira República. Em seu estudo sobre as políticas de educação e assistência às infâncias – no plural –, Paloma Rezende de Oliveira (2012) faz o mapeamento das condições de surgimento dessas políticas em Juiz de Fora, demonstrando a complexidade de tais práticas laicas e religiosas, bem como seus entrecruzamentos com as transformações ocorridas na legislação para “menores” nos primeiros anos do século XX.

Tratando-se de uma imagem pública, produzida por uma instituição de assistência social também pública, é possível pensar que, uma vez estando a LBA preocupada em oferecer uma formação para a sociedade paraibana que atendesse a população tanto do ponto de vista material como moral, talvez seja possível pensar como as imagens “têm muitas vezes contribuído para politizar pessoas comuns, especialmente – mas não exclusivamente –, em sociedades pouco letradas” (BURKE, 2004, p. 182).

Imagem 2: Ivan Bichara na instalação do Posto de Puericultura de Caiçara



Boletim da LBA, Ano VI, n. 35, maio e junho de 1952, p. 3.

Por onde houve as comissões estaduais e municipais, o objetivo de oferecer as condições e canais para divulgar suas atividades foi contínuo na missão da LBA no Brasil. Ao estudar a ação da Legião Brasileira de Assistência em Rio Branco, no Acre, Giane Lucélia Grotti (2016) destaca que essa comissão estadual foi criada em novembro de 1942, sendo presidida pela Sra. Isolette Cavalcanti Coelho, esposa do governador Cel. Luis Silvestre Coelho. Também naquele estado, segundo Grotti, a ação da instituição se pautou pelo foco na maternidade e infância, reforçando os objetivos e ações da *Campanha pela Redenção da Criança*, considerando-a como verdadeiro “embrião da nação” sob o qual devia-se tomar uma série de cuidados médicos, sociais e assistenciais (GROTTI, 2016, p. 96 e 99).

Quanto à divulgação das ações assistenciais, a autora destaca que “as atividades que a LBA desenvolveu no Acre foram largamente registradas nos jornais, com ênfase na colaboração em criar soluções aos problemas relativos à pobreza” e, assim, “o envolvimento da elite rio-branquense junto à LBA também foi amplamente divulgado pelos impressos locais” (GROTTI, 2016, p. 108). Por sua vez, Michele Tumelero (2010) pesquisou a ação da LBA em Chapecó, Santa Catarina, que foi instalada no ano de 1943 e presidida por Elsa Bertaso. No caso de Chapecó houve uma diferença, pois Elsa Bertaso não era esposa do então prefeito da cidade, Vicente Cunha, solteiro, mas sim de Serafim Bertaso. Por tal razão, ela assumiu a presidência da instituição na condição de funcionária da Legião Brasileira de Assistência, diferentemente das mulheres de prefeitos que adentraram na coordenação daquela política em seus respectivos estados. A própria esposa do interventor Nereu Ramos, quando da implantação da comissão estadual da LBA, assumiu, conforme a orientação dada nacionalmente pela presidência da comissão central e pela presidência da República, a função de gerenciar as ações da comissão local da Legião.

Em relação à divulgação das ações, Michele Tumelero menciona a produção do boletim da comissão central, mas efetivamente utiliza outros periódicos em sua análise, a exemplo dos jornais *A Voz de Chapecó* e o *Jornal Imparcial*, além de relatórios anuais da LBA (anos de 1943, 1944, 1945, 1965 e 1978), dossiês com prestações de contas com os gastos da LBA referentes a alimentação, infraestrutura, material didático, contratação de funcionários, cartões ponto, etc. Tumelero e Grotti operam com o conceito de representação formulado por Roger Chartier e têm como questão comum a preocupação em torno da condição “legionária” da mulher quando a LBA emerge na história do Brasil. De diferentes maneiras, as duas autoras apontam caminhos e questões fundamentais para pensar o papel assumido pelas mulheres para que a LBA se efetivasse na construção de uma política que tomou a vida como questão central, em especial a vida das mulheres e crianças, em um momento histórico marcado pelos efeitos de uma guerra aterradora, assustadora e impossível de se esquecer pelos efeitos que produziu e pelas tragédias que engendrou.

Formou-se, então, um “exército de legionárias”, como publicou o jornal do Acre, analisado por Grotti (2016,) e “esse chamamento às mulheres brasileiras para atuarem junto à Legião Brasileira de Assistência gerou uma identificação como verdadeiras missionárias, mulheres benevolentes, cuja missão as designara a “assistir carinhosamente os homens” que estavam lutando pelo país [...]” (GROTTI, 2016, p. 100). À medida em que a figura masculina passava a ser símbolo de uma ausência, dada a convocação dos pracinhas aos campos de batalha na Itália, a mulher emergia como aquela que também comporia um exército, ainda que distinto: o das mulheres em prol das crianças brasileiras. Uma vez que as lideranças femininas que assumiram postos de destaque na estrutura institucional da LBA eram brancas, com formação escolar e parte da elite econômica e política, também foram feitos esforços para que mulheres de outras realidades sociais aparecessem junto à LBA, e daí a realização de campanhas e promoção de um corpo de voluntárias, como destacam Giane Grotti e Michele Tumelero.

A mulher que deu os passos iniciais na formação da LBA foi a esposa de Getúlio Vargas. Nascida em 1895 em São Borja, no Rio Grande do Sul, e falecida em 1968 na cidade do Rio de Janeiro, Darcy Sarmanho Vargas não teve a LBA como sua primeira experiência no trabalho assistencial. Ao construir a biografia histórica dessa mulher, na sua articulação com a história política brasileira na primeira metade do século XX, Ivana Guilherme Simili (2008) traça um panorama histórico desenhado a partir de um percurso metodológico que não tem em Darcy a figura de uma personagem naturalizada e marcada por uma história linear. “Em 1930, durante o

movimento revolucionário que marcou o golpe e a chegada de Getúlio ao poder, Darcy Vargas criou a Legião da Caridade”, que consistiu em “uma associação de mulheres organizada com o objetivo de produzir roupas para os revolucionários e distribuir alimentos para as famílias cujos membros acompanharam Getúlio” (SIMILI, 2008, p. 10).

Criar a comissão central da Legião Brasileira de Assistência foi o primeiro passo para a construção de toda uma rede que multiplicaria essa instituição federal por meio das comissões estaduais e municipais. Descentralizar as ações da LBA por todo o território nacional foi o principal objetivo de Darcy Vargas e é interessante destacar que “embora com apenas três anos de existência, em 1945 a Legião Brasileira de Assistência já existia em 90% dos municípios brasileiros” (SPOSATI & FALCÃO, 1989, apud TUMELERO, 2010, p. 57), o que demonstra um efeito importante de todo o investimento financeiro e político empreendido. Ivana Simili (2008) apresenta na íntegra o telegrama que ganhou notoriedade na imprensa brasileira e foi publicado em periódicos como o jornal *Correio da Manhã* no dia 30 de agosto de 1942:

Visto grandes dificuldades atravessa nosso País, mulher brasileira será chamada cumprir missão na proteção famílias bravos soldados e execução todos os deveres civis forem necessários. Com esse objetivo foi fundada nesta capital sob égide Federação das Associações Comerciais do Brasil LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Desejando estender todo o País benefício esta organização sugerimos assumo nesse Estado a direção do movimento em conjunto Associação Comercial que a procurará imediatamente. Muito grata por sua colaboração. Saúda cordialmente – a) DARCY VARGAS. (*Correio da Manhã*, 30.8.1942, p. 1 apud SIMILI, 2008, p. 140).

Trata-se de um documento oficial que singulariza o tipo de participação política que Darcy Vargas teve na história do Brasil naquele momento, desenvolvendo um poder de mobilização de mulheres em prol da causa da criança e da família. Analisando o papel assumido pela LBA nessa engrenagem estatal, Michele Tumelero (2010) aponta que caberia à LBA difundir os valores condizentes com os interesses do Estado naquele momento e, desse modo, o trabalho educacional, terapêutico e profissionalizante que realizou estava articulado com os preceitos do civismo e da moral instituída e legitimada por práticas fundamentalmente católicas, que deveriam ser absorvidas por crianças e jovens. Por sua vez, Alcir Lenharo (1986) problematizou as políticas do governo Vargas e como elas conceituaram o corpo a partir dos objetivos de formação da nação brasileira.

A militarização do corpo de crianças e jovens, no intuito de formação do cidadão brasileiro segundo um ideal construído, marcou o governo Vargas. O ideal de patriotismo e as

práticas de estímulo à saudação da bandeira, assim como os demais símbolos da nação, constituíram-se como valores fundamentais num momento em que se prezava pela adequação do corpo ao conjunto de preceitos e ordens militares governamentais. Esse tipo de relação visibiliza o que Foucault pensou sobre o corpo como “superfície de inscrição dos acontecimentos, espaço experimental de conflitos e da coexistência da repressão e de incitamentos” (LENHARO, 1986, p. 75). Foi nesse cenário político que a mensagem da LBA chegou às mãos de Alice Carneiro, esposa de Ruy Carneiro, que tinha assumido em 1940 o posto de Interventor Federal na Paraíba, tendo sido escolhido pelo presidente Getúlio Vargas.

Alice Carneiro nasceu em 27 de março de 1905, na Paraíba, e faleceu em 4 de novembro de 1976, na cidade de Brasília. Ao longo dos anos em que seu marido esteve à frente do governo do estado, e mesmo depois de sua saída, ela continuou contribuindo com as ações realizadas pela comissão estadual da LBA na Paraíba. O trabalho de Alice esteve articulado às demandas dos governos. Assim como Darcy, ela não esteve a todo tempo na presidência da comissão, e, por isso, os resultados práticos e os efeitos políticos dessa instituição devem ser compreendidos em médio e longo prazo, tendo sido produzidos por um investimento coletivo. Alice foi a primeira presidente da LBA na Paraíba, mas esse cargo também foi ocupado por diferentes pessoas ao longo do tempo, como Carlos Fernandes de Lima², Severino Ismael e Ana Alice Melo de Almeida. Esta assumiu a função de presidente da comissão estadual entre os anos de 1951 e 1956, durante o governo de seu esposo José Américo de Almeida. Ivana Simili afirma que “um dos problemas destacados por aqueles que estudam política e mulheres é a desigual presença e participação dessas personagens no cenário nacional e, por consequência, a dificuldade enfrentada”, do ponto de vista da investigação, “para a obtenção de fontes de pesquisa que permitam conhecer e avaliar as experiências femininas e políticas do passado” (SIMILI, 2008, p. 14).

² No boletim de janeiro e fevereiro de 1949, quando pela primeira vez surge uma lista com o expediente de funcionários e cargos da LBA na Paraíba, com seus respectivos nomes, este é o nome que aparece na função de vice-presidente e, entre parêntese, diz que estaria na condição de representante da Indústria. Nessa edição, não há o nome do presidente da comissão estadual, apenas do seu vice. Cf. **Boletim da LBA**, Ano III, n. 16, janeiro e fevereiro de 1949. No número seguinte, referente aos meses de maio e junho (Ano III, n. 18) também não consta o nome do presidente, mas informa-se que de fato é Carlos Fernandes de Lima que está na condição de presidente da comissão. Na edição de novembro e dezembro (Ano III, n. 21) informa-se que ele está na condição de vice e o presidente passou a ser Severino Ismael.

Alice Carneiro e a estrutura do gesto

Imagem 3: O casal Ruy e Alice Carneiro



Fonte: Alice Carneiro (Imagem da mulher paraibana a serviço das grandes causas sociais). Senado Federal, Centro Gráfico, 1977

Deparei-me com essa imagem de Alice e Ruy ao abrir um livro de homenagem elaborado pelo Senado Federal, em 1977, que habitava as estantes mais afastadas de um dos sebos que me serviram de morada por horas a fio na pesquisa. Sua publicação ocorreu no ano seguinte ao do falecimento da esposa do ex-Interventor da Paraíba e então Senador da república. Trata-se de uma publicação eminentemente laudatória à figura de Alice e o próprio título já denota o discurso que constrói sobre aquela personagem: *Alice Carneiro (Imagem da mulher paraibana a serviço das grandes causas sociais)*. Prefaciado por Ronaldo Cunha Lima, poeta e político paraibano, contando com textos e depoimentos de diversos políticos e amigos afeiçoados ao casal, todo o impresso é montado sobre o ar da perda, bem como pelo tom pesaroso diante do sofrimento vivenciado por Alice no enfrentamento de um câncer no cérebro que a levou ao falecimento na manhã do dia 4 de novembro de 1976. Sua morte teve grande repercussão na imprensa e nos espaços políticos. E assim, apesar da escassez de fontes sobre a participação feminina na história política do Brasil, como destacou a historiadora Ivana Guilherme Simili, eis que me deparo com um pequeno livro azul que traz informações sobre a trajetória da mulher que orientou os primeiros passos da LBA na Paraíba.

Um livro azul composto por páginas já amareladas pelo tempo, mas que provocou contentamento. Trata-se de um impresso elaborado por pessoas que mantiveram relações familiares, afetivas e/ou políticas com a ex-presidente da LBA da Paraíba e com seu esposo. O livro foi fabricado nas dependências, e com os recursos, de um órgão vinculado ao parlamento brasileiro, isto é, no Centro Gráfico, responsável pela impressão de materiais elaborados pelo Senado. Este lugar de produção demarca os próprios procedimentos retóricos que deveriam

compor tal publicação, especialmente por se tratar de uma produção que evidencia o papel que a mulher desempenhou na história de um estado brasileiro, promovendo transformações na forma como o governo passou a se relacionar com a população.

Diante da tarefa de construir uma cartografia social da LBA na Paraíba, preocupo-me em pensar essa figura humana como parte da “paisagem” paraibana. Tal cartografia se constitui não apenas pela representação de espaços físicos e paisagens naturais ou instituições construídas pela ação humana, mas se compõe, também, por meio de múltiplas forças, emoções, sensibilidades, posturas assumidas por diferentes sujeitos, etc. Captar a imagem de Alice nessa cartografia, imaginando os passos dados por ela pelo território paraibano e pelos espaços inventados pela LBA para governar a infância e torná-la saneada, civilizada e higienizada, consiste em pensar as lutas que ela travou, os encontros que viveu e as emoções que sentiu e provocou naqueles com os quais se relacionou. Em um espaço movimentado, marcado pela pilha de roupas a distribuir e as mãos estendidas para ofertar e receber, Alice assume o lugar dos demais funcionários/as e voluntários/as da LBA, trabalhando no atendimento da população e distribuindo os insumos destinados a esta.

Atuar naquela instituição, possivelmente, teria significado para ela não apenas cuidar dos aspectos burocráticos e administrativos na gestão da comissão estadual, ou atuar na prestação de serviços de assistência técnica e financeira, mas, fundamentalmente, lidar com as pessoas. Protagonizar o encontro corpo a corpo, o diálogo, a construção de uma relação pautada, talvez, não pela autoridade de quem distribui e a condição de necessitado daquele que aceita, mas pela condição ética de quem se dispõe a estar junto, apesar de oferecer apenas o mínimo necessário e que atenderia apenas a necessidades imediatas e circunstanciais. Ao seu modo, as imagens demarcam posições de sujeito, delimitam ou instituem fronteiras, criam ou não possibilidades de diálogo. Mais do que dizer por onde a ação da LBA havia estado ou já tinha chegado, quando se tratava de instalação de postos de puericultura, por exemplo, me parece que as fotografias produzidas fazem parte de uma política da imagem que atribuía ao gesto um estatuto político. Fabricar imagens, compor contornos corporais, registrar ações, mostrar o número de pessoas atendidas.

Roland Barthes (1986) nos incita a pensar que nas imagens, como estruturas que são, há algo de óbvio que salta aos olhos, mas também muito de obtuso que deles foge ou se apresenta apenas sorratamente. Essas imagens figuram em um periódico oficial e são acompanhadas por

um conjunto de mensagens textuais que as inserem na visibilidade geral do boletim. Pensando sobre as características de uma fotografia de imprensa, como se aproxima àquelas divulgadas pela LBA, Roland Barthes destaca que “a estrutura da fotografia não apresenta autonomia dista; mantém, no mínimo, comunicação com outra estrutura que é o texto (manchete, nota de rodapé ou artigo) que acompanha sempre a fotografia jornalística”³ (BARTHES, 1986) [Tradução minha]. Se tudo isso fazia parte das funções políticas da imagem que a instituição queria produzir sobre si e os sujeitos que dela faziam parte na condição de funcionários ou público, parece que ações aparentemente banais, politicamente insignificantes diante de um olhar apressado, ganham um estatuto político.

Imagem 4: Alice Carneiro, Presidente da Legião Brasileira de Assistência na Paraíba, distribuindo roupas e remédios à população pobre de João Pessoa



Alice Carneiro (Imagem da mulher paraibana a serviço das grandes causas sociais). Senado Federal, Centro Gráfico, 1977, p. 177.

Para uma instituição cuja missão era prestar assistência social à maternidade e à infância, como o *gesto* é captado? Que estatuto lhe é atribuído? De que forma e a partir de quais signos ele é instituído na ordem do visível como parte constitutiva de uma política? Olhar as imagens como traços da história talvez exija, num primeiro momento, assumir o dever de deter-se diante da imagem. A que tempos essa imagem pertence? Quais sentidos a tornaram possível e de que modo ela nos chega como essa estrangeira que vem do passado e inquieta o presente? Se ao *gesto*, como o toque de Alice ou às mãos estendidas da senhora que espera o presente da LBA, foi atribuído um estatuto político forte, podendo figurar como detalhe fundamental nas fotografias da LBA, talvez uma experiência como essa nos incite a pensar que gestos continuam a aparecer como signos do cuidado e da proteção com o outro em nossa contemporaneidade – para aqueles que assumirem o desafio de serem contemporâneos, é claro, como sugere Giorgio Agamben (2009) – e em quais registros eles figuram e são apresentados publicamente.

³ “la estructura de la fotografía dista de ser una estructura aislada; mantiene, como mínimo, comunicación com outra estructura que es el texto (titular, pie o artículo) que acompaña siempre a la fotografía de prensa”.

Se a todo o momento trato aqui de *vidas nuas*⁴ no sentido de que são vidas tomadas como objeto de definição política e de exercício de um poder que em diferentes momentos tomou feições autoritárias, o corpo em si não poderia ser nu. Pelo menos não o poderia do ponto de vista de sua visibilidade e utilidade pública. Vestir o corpo, garantir sua proteção em noites de frio constituía uma necessidade imediata sobre a qual aquela política deveria agir. Distribuir remédio estava também diretamente articulado com esse investimento na vida, na sua manutenção e na sua duração controlada e classificada pelo Estado. Percebe-se então como, a partir das décadas de 1930 e 1940, o Estado, cada vez mais, toma parte no conjunto dos problemas da população e constrói uma série de mecanismos e tecnologias políticas que garantiriam sua incursão no cotidiano e no lar das famílias. Tratou-se, como diria Foucault nas suas análises sobre a biopolítica, de um processo de estatização que criou um conjunto de meios pelos quais o governo da vida foi se tornando cada vez mais exercitado, incitado, produzido e feito ver por uma política em que a imagem exerceu um papel fundamental, como no caso da LBA.

Uma dessas práticas de estatização que possibilitou a entrada cada vez mais contínua e regular do Estado na dimensão privada, no trato com os indivíduos, foram os discursos em torno da saúde do cidadão, que apareceram de diferentes maneiras na década de 1930 e tiveram na criança e na mulher seus focos centrais. Mas ocorre que esses discursos não surgiram deslocados de um processo de transformação histórica demarcado, por sua vez, no próprio Ocidente, uma vez que o investimento em torno da saúde humana é efeito de uma nova prática médica e política em que a saúde surgiu como um novo direito do homem. Anne Marie Moulin (2011) destaca que este novo direito foi interpretado como “a plena realização da pessoa, direito de fato compreendido, sobretudo, como o direito de assistência médica” (MOULIN, 2011, p. 15). Considerando a saúde como sendo uma das principais noções que orientaram a elaboração conceitual do corpo no século XX, a historiadora identifica as transformações no tratamento e abordagem do corpo ao longo da história, enfatizando que:

⁴ Vida nua é um conceito formulado pelo filósofo italiano Giorgio Agamben (2010) no conjunto de suas reflexões sobre a biopolítica e o poder sobre a vida nas sociedades contemporâneas. Compreendemos por vida, na esteira de Agamben, a vida de sujeitos vulneráveis a todo tipo de violência seja por parte da sociedade ou mesmo pelo Estado. São vidas passíveis de perderem-se, mas que são tomadas e absorvidas pela tecnologia biopolítica de gestão dos corpos individuais como forma de os submeter a um outro tipo de controle, apesar e por meio das promessas de assistência e bem-estar social. Tomar a vida como questão política significa atribuir a ela significados muito específicos e um determinado horizonte com expectativas e possibilidades já desenhadas. Isto é, há um destino possível de ser medido, controlado e gerido seja enquanto possibilidade num tempo futuro seja como experiência num tempo presente. Sobre este conceito e demais desdobramentos da análise biopolítica desenvolvida por este autor na perspectiva crítica aberta por Michel Foucault.

[...] a preocupação com a saúde é superior taticamente à preocupação com a doença. Se a palavra-chave do século XVIII era felicidade, e a do século XIX a liberdade, pode-se dizer que a do século XX é a saúde. Afirmado em 1949 o direito à saúde reconhecida como preocupação universal, a Organização Mundial de Saúde (OMS) dotou o século XX de um novo direito ao homem. Ele aparece hoje na maioria das constituições nacionais. A definição da saúde da OMS como estado de completo bem-estar físico, mental e social, tornou-se referência inevitável, colocando a noção positiva de saúde no lugar da ausência de enfermidade ou de uma deficiência conhecida, a OMS propõe um novo ideal, mas um ideal dificilmente acessível (MOULIN, 2011, p. 18).

Uma percepção como essa foi incorporada também nas práticas da LBA, tal como sugere a própria fotografia que narra a distribuição de roupas e remédios – na qual Alice Carneiro aparece. O conjunto dessas transformações repercutiu e esteve presente no modo como a LBA funcionou e, também, no modo como posteriormente foram criadas leituras em relação ao papel desempenhado por suas líderes. Os passos de Alice percorreram o estado como um todo, orientando e sugerindo que outras mulheres, neste caso esposas de prefeitos, se envolvessem na cartografia da assistência que a LBA vinha desenhando em todo o país. Multiplicar os canteiros, somar as múltiplas forças e construir distintas parcerias foram alguns dos objetivos e, certamente, um dos efeitos conseguidos pelo trabalho dela, em conjunto com diversas pessoas. Percebe-se como essa rede de assistência médico-social produzida no estado, nos anos iniciais da década de 1940, foi composta por uma série de elementos sociais, políticos e discursivos, envolvendo diferentes relações sociais e afetivas que, na combinação mais geral, efetuaram a invenção de uma rede assistencial composta por múltiplas instituições articuladas por um projeto político que tinha, na infância e na saúde do corpo infantil, uma questão fundamental.

Considerações finais

A infância foi inventada no discurso da LBA por meio de múltiplas estratégias para construir visibilidades e dizibilidades para os problemas da mortalidade infantil, da falta de assistência médica, jurídica, educacional e social para famílias, mulheres/mães e crianças carentes. Toda uma tecnologia social de governo da infância foi desenhada e estendida pelo território nacional para ampliar o canteiro da assistência e, por meio de diferentes estratégias, exercer um poder sobre as condutas individuais e coletivas, gestando comportamentos, corpos, sujeitos, saberes e toda uma rede pautada na preocupação com a higiene, o bem-estar, a saúde individual e coletiva e, ao fim e ao cabo, com o problema da construção nacional.

A maquinaria de governo do corpo infantil e da infância como momento da vida e segmento populacional foi fundamental para fortalecer os tipos de intervenção pautados pela

LBA. Coordenada por diferentes mulheres e homens ao longo do tempo, fosse nacional ou localmente, por meio das comissões estaduais e municipais, tal instituição exerceu força política importante e teve, na sua articulação, estratégias na constituição de papéis e responsabilidades para homens e mulheres. Tal aspecto nos provoca a pensar sobre como, historicamente, sexo e gênero foram articulados para definir responsabilidades, lugares sociais e oportunidades ou não de falar sobre o mundo, a vida, a política e as formas de transformar a realidade social. Se, efetivamente, a LBA se instituiu em um período clivado por todos estes marcadores sociais de diferença, que acabaram criando as condições para a naturalização e banalização da ideia de que a mulher é essencialmente devotada para serviços de assistência e cuidados, por outro lado, nos abre a possibilidade de entendimento sobre como a política social foi desenvolvida nas décadas posteriores. Em que medida se pode dizer que houve mudança na figura feminina no âmbito desse tipo de política de Estado, quando, volta e meia, discursos distintos tentam convencer sobre a importância de uma primeira-dama como chefe de ações assistenciais e como mais sensível e devotada para esse tipo de pauta?

Há transformações em jogo e uma série de permanências também. O desafio da pesquisa histórica, e do exercício de pensar historicamente, consiste em mapear tais mudanças a fim de que se entenda suas condições de possibilidade histórica, propondo outros lugares e imagens para mulheres no âmbito da política e da gestão institucional de ações voltadas para as infâncias. Em um momento em que gênero tem sido tão debatido – se bem que, muitas vezes, sob a ótica da simplificação excessiva que mais inviabiliza do que constitui bons diálogos e aprendizados – nos cabe tomar o desafio de pensar historicamente como as relações de gênero participaram da construção nacional. Isso significa educar os olhos para ver como as instituições, os tipos específicos de políticas públicas, assim como os processos de formação profissional de determinadas categorias, estiveram atravessados sempre por significados e procedimentos que se empenharam em perpetuar divisões e lugares fixos para homens e mulheres. Trata-se de um esforço de estudo para entender como diferentes modelos de masculinidades e feminilidades foram agenciados para pensar, produzir imagens e fazer a política institucional funcionar com base em toda uma ficção útil, que alicerçou desigualdades e naturalizou as diferenças.

Referências bibliográficas:

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer – o poder soberano e a vida nua**. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

- AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo? In. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009, p. 55-73.
- BARTHES, Roland. **Lo obvio y lo obtuso – imágenes, gestos, voces**. Traducción de C. Fernández Medrano. Paidós Comunicación, Barcelona/Buenos Aires/México, 1986.
- BEZERRA, Vanessa & VELOSO, Renato. O gênero na institucionalização de assistente social. In. **Gênero e Serviço Social: desafios a uma abordagem crítica**. São Paulo: Saraiva: 2015, p. 191-198.
- BURKE, Peter. **Testemunha Ocular**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- CISNE, Mirla & SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.
- CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- CORRÊA, Mariza. A cidade de menores: uma utopia dos anos 30. In. FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2012.
- FLORES, Maria Bernardete Ramos. Olhar para as imagens como arquivos e histórias. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 8, n. 2, jul-dez. 2015, p. 240.
- GROTTI, Giane Lucélia. **História da assistência à criança pobre em Rio Branco-Acre: instituições, sujeitos e ações na década de 1940**. 214 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, 2016.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. 2ª ed. São Paulo: Papirus, 1986.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MOULIN, Annie Marie. O corpo diante da medicina. In. COURTINE, Jean-Jacques; CORBIN, Allain; VIGARELLO, Georges. **História do corpo. As mutações do olhar. O século XX**. Tradução e revisão: Ephraim Ferreira Alves. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011, 15-82.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral: uma polêmica**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, UFRGS, v. 20, n. 2, 1995.
- SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e política: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945)**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- TEIXEIRA, Kerolyn Daiane. **A puericultura nas páginas do jornal em Curitiba, entre a virada do século XX até 1930**. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Paraná, 2010, p. 18-19.
- TUMELERO, Michele Rodrigues. **A Legião Brasileira de Assistência e os investimentos sobre as mulheres e as crianças na construção de uma “nova Chapecó – SC (1940-1960)**. 132 fls. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina, 2010.